

HOSPITAL DO TRICENTENÁRIO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Hospital do Tricentenário (“Entidade”) é uma associação civil de direito privado, com finalidade filantrópica, sem fins lucrativos e econômicos, de caráter beneficente de assistência social, com atividade preponderante na área de saúde conforme o artigo 3º do Estatuto Social, com Título de Utilidade Pública Federal, conforme Decreto nº 85.752 de 24 de fevereiro de 1981, publicado no Diário Oficial da União – DOU em 25/02/1981, Título de Utilidade Pública Estadual, conforme Lei Estadual nº 7.009, publicada no DOE em 04/12/1975, Registrado no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) sob o certificado nº 219.750/69, em 29/05/1965, com Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, no Ministério da Saúde, deferido mediante Portaria nº 250, de 27 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 13 de março de 2018 e qualificada pelo Governo do Estado de Pernambuco com Organização Social – OS pelo Decreto nº 35.130 de 10 de junho de 2010, nos termos da Lei Estadual nº 11.743 de 20 de janeiro de 2000, alterada pela Lei nº 12.973 de 27 de dezembro de 2005 e pela Lei nº 15.210/2013 de 19 de dezembro de 2013, sendo requalificada através do Decreto nº 49.652 de 29 de outubro de 2020. Tem como objetivos e finalidade estatutária, conforme artigos 3º e 4º de seu Estatuto Social.

- Prestar assistência à saúde, com destacada qualidade, a quantos buscarem seus serviços.
- Dedicar-se às obras de promoção humana, beneficente, filantrópica e de assistência social, enfatizando a assistência materno-infantil e Hospital Geral.
- Prestar serviço gratuito, conforme estabelecido na legislação pertinente.
- Servir de campo de instrução para estudantes da área de saúde.
- Proporcionar educação e orientação sanitária a comunidade, meios para pesquisa e investigação científica e reabilitação do paciente, dentro das possibilidades.
- Desenvolver atividades educacionais na área religiosa e da saúde.

O Hospital do tricentenário mantém contrato de gestão firmado com a Secretária de Saúde de Pernambuco para administração das seguintes unidades:

- 1) Unidade de Pronto Atendimento - UPA Ibura, localizado em Recife – Vencimento em novembro/2024.
- 2) Unidade de Pronto Atendimento - UPA Curado, localizado em Jaboatão dos Guararapes – Vencimento em janeiro/2024.
- 3) Hospital João Murilo de Oliveira, localizado em Vitória de Santo Antão – Vencimento em novembro/2024.
- 4) Maternidade Brites de Albuquerque, localizado em Olinda – Vencimento em julho/2025.
- 5) Unidades Pernambucanas de Atenção Especializada – UP AE Afogados da Ingazeira, localizada em Afogados da Ingazeira – Vencimento em março/2024.

- 6) Unidades Pernambucanas de Atenção Especializada – UPAE Serra Talhada, localizada em Serra Talhada – Vencimento em março/2024.
- 7) Hospital Mestre Vitalino, localizado em Caruaru – Vencimento em novembro/2025.
- 8) Hospital Ruy de Barros de Correia, localizado em Arcoverde – Vencimento em agosto/2026.
- 9) Hospital Regional Emília Câmara, localizado em Afogados da Ingazeira – Vencimento em novembro/2027.
- 10) Hospital Eduardo Campos, localizado em Serra Talhada – Vencimento em novembro de 2032.

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o Patrimônio Social da entidade passou a ser negativo em R\$21.166 e R\$23.219, respectivamente. Apesar desse fato, os contratos de gestão junto aos entes públicos possuem característica de longo prazo e são celebrados junto a entidade desde 2016. Além disso, os mantenedores possuem suporte financeiro para auxiliar a entidade caso seja necessário.

Adicionalmente, o Hospital do Tricentenário atende ao Sistema Único de Saúde - SUS há mais de sessenta anos e, com exclusividade e 100% dos serviços prestados há mais de 10 anos, sem qualquer outra operadora de plano de saúde. Os convênios de oferta de leitos de UTI e Internamento são credenciados unicamente e renovado a cada cinco anos. O Hospital é o único no Município de Olinda que atende ao SUS, além de manter a única maternidade do município, possuir quarenta leitos de UTI e ofertar mais de cem leitos de internação, tornando um Hospital de referência dentro do município. São realizadas mais de duzentas cirurgias eletivas por mês, além de ter funcionamento de emergência 24h. Com isso, a continuidade do serviço de saúde prestado pelo Hospital do Tricentenário se torna inevitável para o Estado e Município, porém com repactuação de metas e novos desafios.

Dado o exposto, devido a sua característica filantrópica descrita, a administração acredita que a entidade continuará operando e fornecendo serviços médico hospitalar a população via SUS, e assim concluir pela utilização do pressuposto de continuidade operacional nas presentes demonstrações financeiras.

Imunidade tributária

A Entidade é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988.

Característica da imunidade

O Hospital do Tricentenário é uma associação sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º. do CTN, e por isso imune.

Requisitos para imunidade tributária

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN).

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos:

- a) não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título.
- b) aplicar integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais.
- c) manter a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

Operacionais e contábeis

- Possuir certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.
- Manter sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade.
- Conservar em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial.
- Cumprir as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária.
- Elaborar as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros.

Essas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1. Moeda funcional e conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Entidade. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3.2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Entidade.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Entidade assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou a assunção de obrigações de terceiros através de um contrato na qual é parte. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são baixados quando são quitados, extintos ou expirados.

Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizados são mensurados através de taxa efetiva de juros. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como “Resultado financeiro”.

Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Entidade deteve o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Entidade manteve os seguintes instrumentos financeiros os quais foram classificados como custo amortizado: Caixa e equivalentes de caixa, Aplicação financeira, Outros créditos, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos e Outras contas a pagar.

3.3. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada.

A Entidade controla e apresenta separadamente os bens vinculados a atividade como “com restrição”. Os bens adquiridos para uso da administração são apresentados como “sem restrição”. Os recursos recebidos para aquisição de imobilizados “com restrição” têm contrapartida em receitas diferidas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item e são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A depreciação é calculada sobre o valor do custo histórico.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento financeiro, e eventuais ajustes reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos, com base em laudo emitido por perito independente, são as seguintes:

<u>Descrição</u>	<u>Vida útil estimada</u>
Edificações	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	15 anos
Veículos	10 anos
Benfeitorias	25 anos
Equipamentos de informática	6 anos

3.4. Redução ao valor recuperável (“impairment”) ativos não circulantes

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

3.5. Patrimônio social

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores, o patrimônio social é representado pelos superávits e ou diminuído pelos déficits apurados anualmente desde a sua fundação, sem correção monetária, conforme legislação em vigor.

Conforme estatuto social, a Entidade deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, não podendo, como consequência, distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas

rendas a título de lucros ou de participação no seu superávit. Dessa forma, o superávit (déficit) do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio.

3.6. Tributação

A Entidade é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

3.7. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os montantes divulgados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis nas circunstâncias. As contas que usualmente requerem estimativas são:

- Vida útil estimada do imobilizado e intangível.
- Provisão para riscos e processos judiciais.

3.8. Receita operacional

Receita de prestação de serviços de atendimento médico e hospitalar

As receitas de serviços de atendimento médico e hospitalar é registrado com base na obrigação de performance de atendimento, conforme negociado com o contratante em conformidade com os respectivos contratos.

Receita com gestão de unidades públicas

As receitas decorrentes de contratos para administração de unidades de saúde públicas "Unidades Administradas", estabelecidas no contrato de gestão estabelecem valores a ser recebido por entes públicos para custear a administração e seu reconhecimento é proporcional ao custo incorrido com a administração sem nenhuma margem.

As receitas de convênio e subvenções estão em conformidade com o CPC 07 (R1) e ITG 2002 (R1), onde não estão afetando o resultado. Apenas são registradas conforme realização da finalidade do contrato, assim como sua despesa.

3.9. Receita e despesas com trabalhos voluntários

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo, levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar, conforme estabelecido na Interpretação Técnica Geral - ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucro, a Entidade executa suas atividades por meio de trabalho de diversos colaboradores através de funções exercidas de forma voluntária, não remunerada e sem incidência de tributos de qualquer natureza.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia e suas controladas são os seguintes:

a. Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:

Pronunciamento	Descrição
Alterações ao CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Financeiras	As alterações modificam as exigências contidas no pronunciamento técnico CPC 26 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo “principais políticas contábeis” por “informações materiais da política contábil”. As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações financeiras.
Alterações ao CPC 32 Tributos sobre o Lucro - Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação	As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável.
Alterações ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros - Definição de Estimativas Contábeis	As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.

No exercício corrente a Companhia aplicou uma série de alterações aos Pronunciamentos Contábeis que são obrigatoriamente válidas para um período contábil

que se inicie em ou após 1º de janeiro de 2023. A sua adoção não teve impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

b. Alterações em pronunciamentos com vigência a partir de 2023:

<u>Norma</u>	<u>Descrição da Alteração</u>
Alterações ao CPC 36 (R3) e ao CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto
Alterações ao CPC 26 (R1)	Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante
Alterações ao CPC 40	Acordos de Financiamento de Fornecedores
Alterações ao CPC 2	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"
Alterações à CPC 09	Demonstração do valor adicionado

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as novas acima listadas, já emitidas e ainda não aplicáveis. Administração não espera que a adoção dessas normas listadas acima tenha impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Bancos conta movimento - sem restrição	2	1.067
Bancos conta movimento - com restrição	21	72
	<u>23</u>	<u>1.140</u>
Aplicações financeiras - sem restrição	5.924	3.067
Aplicações financeiras - com restrição	59.790	65.432
	<u>65.714</u>	<u>68.499</u>
Total	<u><u>65.737</u></u>	<u><u>69.639</u></u>

Mantemos segregação dos nossos recursos com e sem restrição. Nossos recursos com restrição se referem a contratos de gestão de unidades de saúde e destinados a investimento via contratos de convênios federais e municipais.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a investimentos em Certificados de Depósito Bancário e fundos de investimento.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Contas a receber a faturar	3.676	0
Contratualização Municipal	4.985	4.239
Outras contas a receber	4.428	3.272
Gestão de Saúde - UPA Curado	1.352	1.852
Gestão de Saúde - UPA Ibura	1.248	1.748
Gestão de Saúde – Timbaúba	366	366
Gestão de Saúde – Vitória	5.861	4.964
Gestão de Saúde - UPAE Serra Talhada	828	9.991
Gestão de Saúde - UPAE Afogados Ingazeira	4.169	4.169
Gestão Hospital Mestre Vitalino A Receber	30.015	15.923
Gestão de Saúde – HRA	11.674	9.498
Contrato de Gestão - Hospital Regional Afogados	9.403	4.816
Gestão de Saúde - Brites de Albuquerque	15.371	4.847
Gestão de Saúde - Hospital Eduardo Campos	13.887	0
Repasso NGC a Receber	1.391	1.100
	<hr/>	<hr/>
	108.655	66.787
Convênio nº 852.436/2017	26	26
Convênio nº 869.739/2018	237	237
Convênio a receber 883.745/2019	28	28
Convênio a receber 883.749/2019	91	229
Convênio a receber 888.555/2019	73	165
Convênio nº 875.915/2018 a receber	100	100
Convênio nº 898.508/2020	67	67
Convênio nº 900.686/2020	79	79
Convênio nº 900.689/2020	3	3
Convênio nº 904.897/2020	108	108
Convênio nº 914.621/2021	97	0
Convênio nº 914.777/2021	40	0
	<hr/>	<hr/>
	950	1.043
Total	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
	109.606	67.830

A Entidade não constitui perdas de créditos esperadas – PCE, uma vez que todos os recebíveis são advindos de contratos sem prescrição para recebimento, e sua quase totalidade refere-se a valores a receber de contratos de gestão, os quais possuem o custo atrelado ao recebimento.

6. ESTOQUES

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Estoques diversos	2.101	2.431
Estoques de insumos assistenciais	13.035	9.734
Estoques de materiais/consumos diversos	1.790	1.309

Outros estoques	1.439	222
	<u>18.364</u>	<u>13.695</u>

Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço.

7. CONTAS A RECEBER déficit CONTRATO DE GESTÃO

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
UPA Ibura	7.249	4.200
Hospital João Murilo	14.304	13.405
Hospital Mestre Vitalino	-	8.011
	<u>21.553</u>	<u>25.616</u>
Perda estimada	<u>(21.553)</u>	<u>(25.616)</u>
Total	<u>-</u>	<u>-</u>

Os saldos são provenientes de resultados negativos acumulados, incorrendo em valor a receber pela Secretaria da Saúde do Estado de Pernambuco. Devido a baixa perspectiva de recebimento, provisionamos os valores para perda.

8. IMOBILIZADO

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado - sem restrição				
Terrenos	7.427	-	7.427	7.427
Edificações	4% 5.640	(2.893)	2.747	2.972
Máquinas e equipamentos	10% 2.220	(1.364)	856	1.075
Móveis e utensílios	6,67% 736	(287)	449	365
Computadores e periféricos	16,67% 221	(168)	53	63
Veículos	10% 906	(390)	516	773
Instalações	10% 339	(239)	100	116
Imobilizado em andamento	1.679	-	1.679	1.677
	19.167	(5.341)	13.826	14.468
Imobilizado - com restrição				
Máquinas e equipamentos	10% 12.337	(2.630)	9.707	7.716
Móveis e utensílios	6,67% 1.588	(317)	1.271	957
Computadores e periféricos	16,67% 532	(99)	434	368
Edificações	4% 3.568	(343)	3.225	1.301
Veículos	10% 904	(121)	783	479
	18.929	(3.509)	15.420	10.821
Saldo Imobilizado	38.095	(8.850)	29.245	25.289

Descrição	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2023
Imobilizado - sem restrição					
Terrenos	7.427	-	-	-	7.427
Edificações	5.640	-	-	-	5.640
Máquinas e equipamentos	2.135	85	-	-	2.220
Móveis e utensílios	590	4	-	142	736
Computadores E Periféricos	215	6	-	-	221
Veículos	1.048	-	-	(142)	906
Instalações	339	-	-	-	339

Imobilizado em andamento	1.677	55	-	(53)	1.679
	19.070	150	-	(53)	19.167
<u>Imobilizado - com restrição</u>					
Máquinas e equipamentos	9.324	3.013	-	-	12.337
Móveis e utensílios	1.184	404	-	-	1.588
Computadores e periféricos	394	138	-	-	532
Edificações	1.546	1.968	-	53	3.568
Veículos	904	-	-	-	904
	13.352	5.523	-	53	18.929
<u>Depreciação - sem restrição</u>					
Edificações	(2.668)	-	(226)	-	(2.893)
Máquinas e equipamentos	(1.059)	-	(304)	-	(1.364)
Móveis e utensílios	(225)	-	(62)	-	(287)
Computadores e periféricos	(151)	-	(17)	-	(168)
Veículos	(275)	-	(115)	-	(390)
Instalações	(223)	-	(16)	-	(239)
	(4.601)	-	(740)	-	(5.341)
<u>Depreciação - Com Restrição</u>					
Máquinas e equipamentos	(1.966)	-	(664)	-	(2.630)
Móveis e utensílios	(227)	-	(90)	-	(317)
Computadores e periféricos	(27)	-	(72)	-	(99)
Edificações	(245)	-	(98)	-	(343)
Veículos	(66)	-	(55)	-	(121)
	(2.531)	-	(978)	-	(3.509)
Saldo Imobilizado sem restrição	14.469	150	(740)	(53)	13.826
Saldo Imobilizado com restrição	10.821	5.523	(978)	53	15.420

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>Adiçõe</u> <u>s</u>	<u>Baixa</u> <u>s</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Imobilizado - sem restrição</u>					
Terrenos	7.427	-	-	-	7.427
Edificações	5.640	-	-	-	5.640
Máquinas e equipamentos	2.144	79	(73)	(16)	2.135
Móveis e utensílios	736	8	(154)	-	590
Computadores E Periféricos	187	11	-	16	215
Veículos	821	77	-	150	1.048
Instalações	339	-	-	-	339

Imobilizado em andamento	1.487	349	(9)	(150)	1.677
	18.781	525	(236)	-	19.069
<u>Imobilizado - com restrição</u>					
Máquinas e equipamentos	4.444	4.880	-	-	9.324
Móveis e utensílios	644	540	-	-	1.184
Computadores e periféricos	47	347	-	-	394
Edificações	1.546	-	-	-	1.546
Veículos	76	827	-	-	904
	6.758	6.594	-	-	13.352
<u>Depreciação - sem restrição</u>					
Edificações	(2.442)	-	(226)	-	(2.668)
Máquinas e equipamentos	(758)	-	(301)	-	(1.059)
Móveis e utensílios	(164)	-	(62)	-	(225)
Computadores e periféricos	(126)	-	(25)	-	(151)
Veículos	(176)	16	(114)	-	(275)
Instalações	(203)	-	(19)	-	(223)
	(3.870)	16	(747)	-	(4.601)
<u>Depreciação - Com Restrição</u>					
Máquinas e equipamentos	(1.114)	-	(493)	-	(1.608)
Móveis e utensílios	(178)	-	(49)	-	(227)
Computadores e periféricos	(3)	-	(24)	-	(27)
Edificações	(183)	-	(62)	-	(245)
Veículos	(374)	-	(51)	-	(425)
	(1.853)	-	(679)	-	(2.531)
Saldo Imobilizado sem restrição	14.911	540	(983)	-	14.468
Saldo Imobilizado com restrição	4.905	6.594	(679)	-	10.821

9. FORNECEDORES

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores de material	11.701	8.954
Fornecedores de serviços especializados (a)	4.834	3.749
	<u>16.536</u>	<u>12.703</u>

(a) Referem-se a fornecedores especializados em atendimento de serviços na área médico-hospitalar.

10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS e Fiscais

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Obrigações trabalhistas a pagar	23.366	20.057
Encargos sobre folha a pagar	21.938	9.716
Provisões de férias, 13º salário e encargos	44.773	38.528
Impostos e contribuições retidos a recolher	478	609
	<u>90.554</u>	<u>68.910</u>

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Este grupo está composto por empréstimos e financiamentos. Saldos abaixo representados do curto e longo prazo.

Empresa Credora	Vencimento	Taxa de juros	31/12/2023	31/12/2022
Caixa Econômica Federal	10/05/2025	0,80% a.m.	-	3.261
Caixa Econômica Federal	10/12/2027	0,64% a.m.	2.530	3.000
Caixa Econômica Federal	10/12/2027	0,64% a.m.	3.018	-
HP financial services arrendamento mercantil S.A.	15/07/2024	0,70% a.m.	15	45
Total			<u>5.563</u>	<u>6.306</u>
Circulante			1.247	1.715
Não circulante			4.316	4.591

A seguir está apresentada a movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Saldo de empréstimos em 31 de dezembro de 2021	5.073
Capitações	3.011
Pagamentos de principal	(1.778)
Pagamentos de juros	(485)
Juros provisionados	485
Saldo de empréstimos em 31 de dezembro de 2022	<u>6.306</u>
Capitações	3.914
Pagamentos de principal	(4.657)
Pagamentos de juros	(655)
Juros provisionados	655
Saldo de empréstimos em 31 de dezembro de 2023	<u>5.563</u>

O montante de longo prazo tem a seguinte posição por ano de vencimento:

2025	1.330
2026	1.436
2027	1.550
Total	<u>4.316</u>

12. SUBVENÇÕES A REALIZAR

Este grupo está composto por convênios e contratos a realizar. Saldos abaixo representados.

<u>Convênios federais</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo inicial	1.284	1.998
Novos convênios assinados	400	2.044
Rendimentos sobre aplicações	12	47
Contra-partida financeira do contrato	-	16
Encerramento e devolução de subvenções	(66)	(905)
Aquisição de imobilizado	(399)	(1.918)
Saldo final	<u>1.231</u>	<u>1.284</u>

13. RECEITA DIFERIDA

Os imobilizados adquiridos para projetos possuem restrições, e por isso, são acompanhados de correlata receita diferida, cuja composição nos exercícios está demonstrada a seguir:

<u>Receitas diferidas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Máquinas e equipamentos	9.707	7.716
Moveis e utensílios	1.271	957
Computadores e periféricos	434	368
Edificações	3.225	1.301
Veículos	783	479
Total	<u>15.420</u>	<u>10.821</u>
Circulante	1.120	555
Não Circulante	14.299	10.266

14. RECURSOS DE CONTRATO DE GESTÃO

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
UPA Curado	2.923	5.024
Maternidade Brites de Albuquerque	12.324	12.738
UPAE Afogados da Ingazeira	6.900	7.538
UPAE Serra Talhada	8.055	21.796
Hospital Mestre Vitalino	14.955	-
Hospital Ruy de Barros	6.652	9.271
Hospital Emília Câmara	14.841	16.390
Hospital Eduardo Campos	26.310	7.330
NGC	2.255	1.842
	<u>95.215</u>	<u>81.928</u>

O grupo demonstra nossa obrigação adquirida na gestão de unidade de saúde do Estado de Pernambuco.

15. PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social está constituído substancialmente por todos os superávits e/ou déficits acumulados da Entidade aprovados em ata de reunião da administração e do conselho.

Ajuste de Av. Patrimonial

O valor do ajuste de avaliação patrimonial se refere a valorização do ativo imobilizado efetuados em 2010 relativos a edificações e terreno e em 2018 de todos os imobilizados.

16. RECEITAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Receitas atividades de saúde - sem restrição</u>		
Contratualização - Olinda	31.727	33.993
Convenio SES-PE	23.183	22.029
Receita com Contratos	173	
Glosa	(135)	-
	<u>54.949</u>	<u>56.022</u>
<u>Receitas atividades de saúde - com restrição</u>		
Contrato de gestão - UPA Ibura	22.625	21.771
Contrato de gestão - UPA Curado	21.055	20.454
Contrato de gestão - HJMO	53.569	59.360
Contrato de gestão - UP AE Serra Talhada	10.356	9.103
Contrato de gestão - UP AE Afogados da Ingazeira	6.027	5.405
Contrato de gestão - H MV	212.590	214.492
Contrato de gestão - HRRBC	49.917	48.938
Contrato de gestão - HREC	42.260	32.141
Contrato de gestão - Maternidade Brites de Albuquerque	59.385	58.795
Contrato de gestão - HEC	64.727	21.795
Contrato de gestão - NGC	5.451	3.697
Receita com convênios e subvenções	560	438
	<u>548.522</u>	<u>496.389</u>
Total	<u><u>603.471</u></u>	<u><u>552.411</u></u>

17. GASTOS OPERACIONAIS

<u>Natureza:</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Custos com pessoal	(420.856)	(347.650)
Repasse custeio novo piso enfermagem	41.677	-

Encargos sociais	(33.679)	(29.041)
Benefícios de vale transporte e refeições	(3.630)	(3.416)
Provisões trabalhistas	(6.245)	(7.291)
Insumos hospitalares	(101.834)	(93.391)
Serviços terceiros especializados	(57.401)	(41.367)
Contribuições sociais	(134.875)	(110.560)
Imunidade com contribuições sociais	134.875	110.560
Despesas administrativas - hospitais	(21.589)	(32.723)
Serviços terceiros especializados	(16.534)	(14.379)
Despesas com manutenções	(4.950)	(9.100)
Despesas com investimentos	(4)	-
Depreciação	(1.718)	(1.425)
Despesas administrativas - UPAs	1	-
Perdas	4.060	(17.073)
Receita de mensalidade e doações	652	2.323
Outros recursos e receitas	3.610	2.910
Recuperação de custos diversos	9.519	8.459
Alienação e indenizações	315	712
	(608.605)	(582.453)

Classificadas como:

Custos	(581.968)	(522.156)
Despesas gerais e administrativas	(44.796)	(57.627)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	18.159	(2.669)
	(608.605)	(582.453)

18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:		
Juros recebidos	11	-
Descontos obtidos	133	254
Rendimentos aplicação	9.007	11.169
Rendimentos aplicação	590	751
	9.740	12.174
Despesas financeiras:		
Despesas bancárias	(523)	(260)
Juros financeiros	(789)	(397)
IOF	(0)	(30)
Juros e multas	(1.132)	(639)
Atualização monetária	(107)	-
Descontos concedidos	(2)	(4)
	(2.553)	(1.330)
Total	7.187	10.844

19. PROVISÃO PARA RISCOS (CONTINGÊNCIAS)

	31/12/2023	31/12/2022
Riscos trabalhistas	772	1.075
Riscos cíveis (a)	17.684	20.846
	<u>18.457</u>	<u>21.921</u>

(a) As contingências cíveis estão substancialmente relacionadas com processos de procedimentos assistenciais, sendo as principais ações referentes a três processos de natureza relativa a danos materiais, com valores de R\$3.592 (R\$3.592 em 2022), R\$1.829 (R\$1.829 em 2022) e R\$1.000 (R\$1.000 em 2022), respectivamente.

Contingências possíveis

A Entidade é parte integrante em diversas ações passivas de natureza trabalhista e cível no montante aproximado de R\$7.067 (R\$1.172 em 2022), cuja probabilidade de perda está classificada pelos assessores jurídicos como possível, entendendo não ser necessária a constituição de provisão para eventuais perdas.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2023 e de 31 de dezembro de 2022, os instrumentos financeiros da Entidade, substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, encontram-se registrados em contas patrimoniais por valores próximos aos praticados pelo mercado. A Entidade não possui operações com derivativos financeiros ou outros ativos financeiros de risco semelhante.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros da Entidade são caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos, fornecedores, empréstimos e outras obrigações a pagar. Em 31 de dezembro de 2023 e de 31 de dezembro de 2022, os valores contábeis se aproximam de seus valores justos.

Risco de taxas de juros

A exposição da Entidade ao risco de taxa de juros ocorre principalmente em virtude de alterações nos rendimentos das aplicações financeiras indexadas ao CDI (taxa de juros dos CDIs) por alterações nas taxas de juros de mercado. Uma vez que as aplicações financeiras da Entidade possuem um prazo inferior a 90 dias e seus rendimentos estão atrelados a taxas de mercado. Adicionalmente, a Entidade não possui riscos significativos relacionados a variações nas taxas de juros dos empréstimos.

21. SEGUROS

Abaixo as apólices de seguro da Entidade

<u>Seguradora</u>	<u>Número</u>	<u>Tipo</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Cobertura danos materiais</u>	<u>Cobertura danos corporais</u>
Chubb Seguros Brasil S.A.	29.96.0008773.12	Predial	28/11/2024	342.667	-
Mapfre Automais Frota	2.143.000.058.331	Frota	20/07/2024	2.500	2.500

22. AVAIS, FIANÇAS E GARANTIAS

A Entidade não prestou garantias, nem possuía quaisquer transações como interveniente garantidora nos exercícios encerrados em 2023 e de 2022.

23. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Entidade autorizou a emissão e divulgação dessas demonstrações financeiras em 12 de abril de 2024, nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras, quando requeridos.

Olinda, 12 de abril de 2024

Vânia Maria Marques Branco

Diretora Presidente

CPF: 891.060.917-68

Juan Victor Izidio Pedroso

Contador

CRC: PE029020/O-1